

REVISTA NACIONAL DE REABILITAÇÃO



# REACÇÃO

INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA,  
MOBILIDADE REDUZIDA, FAMILIARES E PROFISSIONAIS DO SETOR

ANO XIX - Nº 113  
NOVEMBRO/DEZEMBRO 2016



# ANUÁRIO 2016/2017



# A modernidade, o compliance e o Terceiro Setor

O terceiro setor tem suas raízes na dedicação, amor e na fé. O “fazer o bem” impulsionou gigantescas orbes de trabalhadores desinteressados em ajudar o próximo em ações de saúde, assistência à pessoa e educação.

O Estado somente acompanhou, sem interferir, uma vez que enxergava o atendimento à população em ações e locais em que ele não conseguia chegar e nem tinha condições de fazê-lo. As ações minimizavam o sofrimento dos mais necessitados, um alento em todos os sentidos.

Com o passar do tempo, a evolução da sociedade já vislumbrava outros valores que não mais um prato de comida, cesta básica ou alfabetização. O clamor já requeria assistência social, cultura, educação e especialização na saúde.

O país criou diretrizes para a educação, enxergando desde a 1ª Infância na creche até a pós graduação universitária, na Saúde, criou um sistema único de saúde que foi incorporando todas as nuances de saúde que a ciência médica possa estender ao ser humano e, ao final a Assistência Social nos amparos voltados à pessoa humana com suas atenções voltadas ao momento ou a particularidade ou a regionalidade que possam prescindir. Evoluímos com o Estatuto da Criança e do Adolescente, o do Idoso e o da Pessoa com Deficiência.

Sempre haverá o que melhorar e evoluir. Nós ainda misturamos conceitos do século 18 com os do século 21. Está no Imaginário que as entidades de assistência social são assistencialistas, como as do século passado onde só existiam os voluntários que trabalhavam amadoristicamente. Hoje as entidades assistenciais

evoluíram e se profissionalizaram, ganharam regramentos e passaram a ocupar o vazio que o Estado não consegue ou não pode preencher, atendendo aos anseios com profissionalismo, métodos científicos, qualificação. São Centros Médicos, Universidades, Centros de Assistência Social entre outros.

Já não levamos mais uma cesta básica ao leprosário !

As entidades contam com profissionais das diversas ciências e matizes (psicólogos, nutricionistas, fisioterapeutas, enfermeiros, professores, entre outros), além dos registros formais em órgãos de controle com suas prestações de contas financeiras e de qualidade.

O Setor Público enxerga as entidades do terceiro setor como se fossem empresas de grande porte, com obrigações fiscais típicas das Cias que tem ações na bolsa de valores, controladas com extremo rigor, já no campo técnico, a fiscalização dos órgãos de controle de funcionamento como os Conselhos Profissionais de Classe (Coren, Crm, Crefito etc), os licenciamentos como COMAS. Todos com extremo rigor, sem benesse ou concessão.

As associações e fundações que miram na valorização do ser humano, meio ambiente, cultura e a vida, deixaram o trabalho amador e migraram para o profissional.

Dentro das mudanças, surgiu a palavra Compliance que é uma palavra nova indicando “regras de conduta”.

Essas regras de conduta começam com o planejamento das ações, a aferição dos custos de execução dos projetos, o levantamento do pessoal que precisará ser envolvido nas ações, as despesas inerentes à execução e as prestações de contas.

Reforçando estas mudanças, temos o Marco Legal do Terceiro Setor – MROSC,

que trouxe os novos critérios para que as entidades se relacionem com o setor público, onde o governo alega que pagará pelos serviços executados, desde que dentro de uma programação, de um planejamento prévio e não mais por uma estimativa, chute ou improvisado.

As prestações de contas dos projetos agora, já levam em consideração a qualidade dos serviços e não só os números, fazendo com que as entidades que se relacionem com o setor público façam análise de suas ações, pesquisas de satisfação para melhoria da qualidade, além de expor todo o cabedal de documentos à validação por certificação digital.

A reunião destas normatizações fará com que não seja possível lidar com amadores. São ações públicas ou desejadas pela população, desenvolvidas por entidades sociais das áreas da saúde, educação ou da própria assistência social que precisarão reforçar o time de profissionais contratados e com muita qualificação.

Os documentos utilizados no exercício dos projetos deverão ser guardados por 10 anos para consulta futura, tornando altamente recomendável o arquivamento digital. O acervo eletrônico já se faz presente nas transações de diversas obrigações públicas, os portais de acompanhamento de projetos (Siconv), os de relacionamento (Cents, CEE) também estão atuantes no desenvolvimento dos projetos de parceria com o setor público.

Vimos nos últimos anos, o caminhar de regramentos, certificações, obrigações, checagens e normativas diversas que só conseguem ser acompanhadas por profissionais especializados e contratados a serviço da atividade fim.

Por conta disso já fica evidente que as entidades assistencialistas não se

confundem com as de assistência social, uma vez que as primeiras são compostas de voluntariado envolvido no altruísmo individual em prol de alguma ação e as segundas são entidades profissionais que conglomeram ações profissionais em causas distintas e, desta forma, estas contam com profissionais que precisam ser remunerados de forma transparente e legal, sem subterfúgios para obtenção da qualidade no produto final.

Esta última barreira, da remuneração dos profissionais e da diretoria, torna-se reconhecida num remendo legal, através da lei Nº 12.868/2013, que passa a aceitar a inclusão de profissionais no Estatuto Social com capacidade de exercício de ofício em jornada integral, remunerado, embora ainda esteja nebuloso a aceitação em alguns setores públicos mais toscos, a evolução não para.

Em 2017 as prefeituras também passarão a integrar o último elo da corrente dos envolvidos com o Marco Legal, passando a exigir planejamento nas ações, controle e fiscalização.

A evolução não para ! Desde 1988, há uma luta invisível para fazer com que todos consigam enxergar que o ser humano deve vir em primeiro lugar, que a assistência social não é esmola, que a nação precisa de entidades que vivam para praticar ações sociais, sem existir um lado mercantil e que seus profissionais possam ser remunerados de forma transparente sob o controle da sociedade civil. ♿



**Ricardo Beráguas**

é contador e proprietário da A2 Office, especializada em terceiro setor e presidente do Instituto de Apoio Operacional e Assistencial – IAPAS  
E-mail: [info@iapas.org.br](mailto:info@iapas.org.br)  
Informações e orientações ao público: [www.iapas.org.br](http://www.iapas.org.br)

## São Paulo vence Paralimpíadas Escolares



Fotos: Marcio Rodrigues MPIX CPB | Daniel Zappe MPIX CPB

**M**ais de 900 competidores de 24 estados brasileiros e do Distrito Federal (apenas Roraima e Piauí não estiveram representados) participaram da edição de 2016 das Paralimpíadas Escolares, disputadas no Centro de Treinamento Paraolímpico Brasileiro, entre 22 e 25 de novembro último. A competição é organizada desde 2009 pelo Comitê Paralímpico Brasileiro e contou com apoio do Governo de São Paulo, mais uma vez a sede da competição. Estiveram envolvidas as Secretarias de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência; da Educação; do Esportes, Lazer e Juventude e do Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia.

O evento é considerado o maior do mundo para esta faixa etária, de 12 a 17 anos. Participaram alunos com deficiência física, visual ou intelectual, matriculados em escolas do ensino fundamental e médio de escolas públicas e particulares. Este ano, os estudantes disputaram em 8 modalidades: atletismo, bocha, futebol de 7, goalball, judô, natação, tênis de mesa e tênis em cadeira de rodas. A delegação paulista venceu a disputa com 136 medalhas, sendo 74 de ouro, 48 de prata e 14 de bronze. O segundo lugar ficou com o estado de Santa Catarina e o terceiro com o Rio de Janeiro. É o quarto título de São Paulo, que também saiu vencedor em 2009, 2011 e 2015.

As Paralimpíadas Escolares funcionaram como uma verdadeira “peneira” de talentos para formar a delegação brasileira que disputará o Parapan de Jovens, em março, também na capital paulista. A competição já revelou grandes nomes do esporte paralímpico do Brasil, como: Lorena Spoladore, saltadora campeã mundial em Lyon-2013; Leomon Moreno, do goalball, medalhista de prata em Londres-2012 e campeão mundial na Finlândia-2014; e o velocista recordista mundial dos 200m T4, Petrucio Ferreira. ♿

